

Os assentamentos israelenses nos territórios ocupados: raízes históricas e sua influência no processo de paz

Youssef Alvarenga Cherem*

RESUMO

O presente artigo pretende analisar as raízes históricas dos assentamentos israelenses na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e no Golã, dando ênfase aos dois primeiros. Tanto a história da construção da identidade do judeu israelense diante do sionismo quanto as raízes histórico-religiosas e políticas do Estado de Israel são fundamentais para entendermos a implantação de colônias nos territórios ocupados após a Guerra dos Seis Dias em 1967.

Em face do contexto em que se encontravam os judeus na Europa do século XIX e começo do século XX, o sionismo foi tomando forma como um movimento nacionalista de liberação do povo judeu através da construção de um Estado para os judeus. Ao entendermos o que é o sionismo na perspectiva da mentalidade nacionalista e histórico-religiosa, podemos entender as raízes da visão que a sociedade israelense tem das colônias. E analisando o processo de tomada de decisões políticas do Estado de Israel e os vários partidos políticos podemos verificar como se caracteriza a ação do Estado.

Palavras-chave: Assentamentos; Raízes históricas; Sionismo.

Os assentamentos israelenses na Palestina (Faixa de Gaza e Cisjordânia, incluindo a região de Jerusalém Oriental) e nas Colinas de Golã foram iniciados após a ocupação desses territórios na Guerra dos Seis Dias, em 1967, seja por pressão de grupos religiosos, seja por motivos de doutrina estratégica. Hoje contam com cerca de 400.000 habitantes, dos quais aproximadamente 180.000 vivem em Jerusalém Oriental, 200.000 na Cisjordânia, 6.500 em Gaza e 17.000 no Golã. Tais assentamentos controlam 72% da área da Cisjordânia (a

* Graduando em Relações Internacionais – PUC Minas.

maioria designada área C, sob controle exclusivo israelense, segundo o acordo de Charm el-Cheikh), 80% das colinas de Golã e 20% da Faixa de Gaza. Cerca de 1/3 da superfície de Jerusalém Oriental foi expropriada para a construção de áreas residenciais.¹

Os assentamentos têm sérias implicações para o processo de paz. A viabilidade do futuro Estado palestino é ameaçada pela separação territorial devida aos assentamentos e pela administração de recursos naturais como água e terra. Os atritos entre colonos judeus e os palestinos são constantes – e na recente Intifada, que começou em fins de setembro 2000 e se estende até o presente momento, destacam-se os ataques armados às colônias e aos colonos.

Embora seja essencial para a construção de um processo de paz, a discussão sobre os assentamentos foi postergada pelos acordos de Oslo e pelos seguintes. Para Israel, a manutenção do status quo das colônias é uma pré-condição a qualquer negociação.² Esse fato pode ser explicado a partir da significação histórico-religiosa da Cisjordânia para o povo judeu e sua relação com a construção do Estado de Israel. E tais fatores devem ser levados em conta nas negociações.

O que se pode chamar de “contrato social” de Israel, a razão de existência do Estado, baseia-se numa contradição: o Estado, definido constitucionalmente como laico e democrático, deve servir a um interesse ao mesmo tempo nacional (a idéia de um lar para os judeus e seu direito como povo à autodeterminação) e religioso (a identidade judaica, depois da diáspora, estabelecendo-se essencialmente a partir da religião).

Dessa contradição surge uma série de questões sobre a própria identidade judaica e o Estado de Israel, que se refletem na ação dos partidos dentro do aparato estatal e na ação da sociedade civil em relação ao Estado.

A discussão sobre a identidade judaica nasce do pensamento iluminista e ganha amplidão na Idade Moderna. A progressiva laicização do Estado, fazendo da religião uma questão de foro íntimo, torna os judeus juridicamente iguais. A industrialização e a urbanização crescentes, juntamente com o estabelecimento de uma educação laica estatal, fazem aumentar os contatos entre a comunidade judaica e o todo da sociedade. A partir da emancipação dos judeus na França em

¹ Fonte: *Le Monde Diplomatique*: <http://www.monde-diplomatique.fr/cahier/proche-orient/colonies>.

² Na Declaração de Princípios sobre as Disposições da Autonomia Provisória, assinada em Washington em 1993 entre o governo israelense e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), ficou estabelecido que o status final seria definido em negociações futuras, que tratariam sobre as questões de Jerusalém, o retorno dos refugiados, as colônias israelenses, as fronteiras, relações e cooperação com países vizinhos e outras questões de interesse comum (Art. V, 3).

1791, seguida por outros países da Europa Ocidental, cresce a participação de judeus em todos os setores da sociedade. Ocorre uma cisão entre os que advogam uma inserção maior na sociedade, inclusive abraçando os valores da modernidade (crença no progresso e no desenvolvimento técnico-científico, luta por igualdade social) e aqueles que optam por se manter afastados, considerando incompatíveis a estrita observância da lei religiosa e o engajamento nos ideais modernos.

Após a emancipação, torna-se evidente para os intelectuais judaicos que o anti-semitismo não se diluiria com a conquista de direitos políticos e civis. O anti-semitismo se mostra de forma mais clara socialmente, agora que se tornam mais abertas as relações entre a comunidade judaica em geral e a sociedade não judaica. A constatação de que o preconceito permeava a sociedade levava, por um lado, à busca de reconhecimento individual por mérito intelectual por parte dos intelectuais (que não tinham os mesmos privilégios dos judeus ricos garantidos pelo Estado), que procuravam sobressair-se nas ciências e nas artes. Por outro lado, outro grupo percebe que a sociedade nunca aceitaria os judeus como povo, mas como exceções individuais (Arendt, 1988). Estabelece-se assim, mais tardiamente, uma tentativa de fuga dessa sociedade para (e só então) poderem sobressair como povo, instituindo um Estado próprio com o qual possam se identificar. O sionismo surge, então, como consequência direta do anti-semitismo, caracterizando-se como um movimento político-nacionalista que advogava a criação de um Estado judeu como solução para a “Questão Judaica”.

Um precedente importante do sionismo propriamente dito pode ser encontrado em Leon Pinsker, judeu intelectual³ russo que, após os *pogroms* de 1881 na Rússia, escreveu um panfleto chamado “Auto-Emancipação”. Embora no início Pinsker não pregasse a criação de um Estado judeu na Palestina, posteriormente junta-se ao Hibbat Tziyyon, organização para o renascimento da cultura judaica, e consegue fundos para a implementação de duas colônias na Palestina: Rishon LeZiyyon, ao sul de Têl Aviv, e Zikhron Yaaqov, ao sul de Haifa.

Em 1894, o chamado “caso Dreyfus” dividiu a França sobre o estatuto dos judeus na sociedade. Alfred Dreyfus, oficial do exército francês, foi acusado de vender segredos de Estado aos alemães. Condenado, é preso e exilado; o caso suscita comoção geral e a população se divide, tomando partido de um dos lados,

³ Designam-se *maskalim* (iluminados) a emergente classe de intelectuais judeus na Rússia surgida após um período de liberalização da política do Estado russo em relação aos judeus efetuada pelo Czar Alexandre II em 1855. Alexandre II foi assassinado em 1881, e seu sucessor, Alexandre III, começou uma nova onda de perseguição aos judeus.

acerbando o anti-semitismo na França. Após um período cumprindo pena, acontece um novo julgamento. Dreyfus é tido como inocente e liberado.

O caso chama a atenção de um jovem jornalista e dramaturgo vienense, Theodor Herzl. Diante das demonstrações contra os judeus na França, Herzl se convence de que a única solução para o problema dos judeus é uma solução política. Em 1896 é publicado seu livro **O Estado judeu**, onde defende a idéia da criação de um Estado judeu. Esse Estado seria laico em natureza e objetivo, ou seja, um Estado para os judeus, mas não um Estado judeu. Esse Estado não seria necessariamente construído na Palestina. Em 1904, a proposta de Herzl de um estabelecimento temporário em Uganda (o chamado “Plano Uganda”) foi repudiada no 6º Congresso Sionista. Com sua morte no ano seguinte, a liderança da Organização Sionista Mundial passou para os judeus do Leste Europeu, que enfatizavam a ligação histórica com a Palestina e a necessidade de assentamentos na região para o reconhecimento do Estado nacional judaico.

Notam-se, portanto, desde o início da empreitada de construção de um Estado judaico, divergências no interior do próprio movimento sionista quanto à identidade do Estado, além do fato de que esse movimento era uma corrente minoritária entre os judeus. Podem-se observar diferenças marcantes entre o sionismo trabalhista de Aaron David Gordon e Ben Gurion e o nacionalismo mesclado a Realpolitik de Vladimir Jabotinsky.

Após os *pogroms* que se seguiram à tentativa de revolução em 1905 na Rússia, há uma nova onda de imigração à Palestina, a chamada 2ª Aliyah. Havia nesses novos imigrantes a vontade de construção de instituições autônomas; contrariamente à 1ª Aliyah, quando os colonos utilizavam mão-de-obra árabe, enfatizou-se o uso de mão-de-obra judaica e a generalização do uso do hebraico, estabelecendo-se também a primeira organização de defesa, chamada HaShomer (“O Vigia”). O maior líder trabalhista, David Ben Gurion, acreditava que a criação de um Estado politicamente forte dependia de uma economia forte e centralizada; o Estado de Israel seria concebido por ele como um Estado de trabalhadores judeus na Palestina. Datam dessa época, entre 1904 e 1914, a criação dos primeiros kibbutzim (fazendas coletivas) na Palestina e o estabelecimento de uma verdadeira comunidade de judeus na Palestina, chamada de Yishuv.

Embora majoritária, a corrente trabalhista foi muito criticada por Vladimir Jabotinsky, intelectual russo comandante da Legião Judaica, que lutou ao lado dos Aliados na 1ª Grande Guerra. Jabotinsky atacava a suposição de Ben Gurion de fortalecimento econômico a partir do movimento trabalhista como sustentáculo ao poder político e advogava a migração em massa dos judeus à Palestina e a

imediate declaração de independência do Estado de Israel em toda a região bíblica da Palestina. Jabotinsky acreditava que somente com a criação de uma força militar eficiente o Estado poderia ser garantido. Para isso foram criadas organizações militares clandestinas, o Haganah (“Defesa”) e o Irgun, que atuaram na luta tanto contra os árabes quanto contra os britânicos.

O sionismo só se tornou majoritário com o passar dos tempos. Vários rabinos influentes opuseram-se veementemente à idéia de criação de um Estado judeu, por acreditarem que a reconstrução do Estado de Israel é contrária à religião judaica, já que a volta dos judeus à Terra de Israel deve ser obra de Deus. Segundo eles, os sionistas

conveniently forget the Jewish holiday prayer “and for our sins have we been exiled from our land”, and ignore the fact that the present exile of the Jewish people is divinely decreed and that the Jewish people are neither commanded nor permitted to conquer or rule the Holy Land before the coming of the Messiah. (Neuberger)

Desde o momento em que os judeus começam a se espalhar no mundo helênico e, depois, no Império Romano, mas principalmente após a diáspora (135 d.C.), quando se estabelecem em várias partes do mundo e começam a acontecer conversões à fé judaica, o “Povo de Israel” e a “Nação Judaica” são concebidos como religiosos: o povo judeu nasceu quando da aceitação dos 10 Mandamentos no Sinai e é entendido, após a diáspora, como a congregação de crentes na Torá, ou seja, é considerado povo na medida em que cumpre a Torá. Não há lugar para exclusivismos étnicos como o sionismo, já que os judeus não são uma raça separada. É clara então a definição de judeu como aquele que pratica a religião judaica:

Who is a Jew? A Jew is anyone who has a Jewish mother or who converted to Judaism in conformity with Halacha, Jewish religious law. This definition alone excludes racism. Judaism does not seek converts, but those who do convert are accepted on a basis of equality. (...) Some of the most eminent and respected rabbis were converts to Judaism. (Idem)

O Estado de Israel é visto ao mesmo tempo como a negação da fé judaica e da verdadeira missão dos judeus no mundo, que é de servir a Deus.

É a partir dessa crítica à própria noção de um Estado judeu que se mostra a contradição entre o sionismo e o judaísmo expresso na Torá:

All prime ministers were members of a party that opposed religion in principle and that considered the Bible a document of ancient folklore, devoid of any religious meaning. And yet these same Zionists base their claim to the Holy Land on this same Bible, the divine origin of which they deny. (Idem)

Essa crítica toca um ponto muito importante da própria definição da identidade judaica e do Estado de Israel pelos israelenses. “Quem é judeu?” é um debate que se estende a toda a sociedade israelense. De fato, a própria identidade do judeu israelense é um construto social que começou no início do século XX, aprofundou-se através do século e continua gerando problemas em relação aos partidos político-religiosos surgidos em Israel a partir da década de 70. A definição do israelense ao mesmo tempo como um “soldado e um camponês” pretendia nivelar as várias diferenças nacionais dos judeus imigrados. No debate levantado no Knesset (Parlamento) em 1970, Golda Meir declarou que, para se estabelecerem como nação, os judeus tinham duas opções: “To uphold their atheist convictions thereby dividing the nation (...); or to sacrifice their conscience, and their atheist conviction, for the sake of national unity” (Berger, 1985, p. 146). Em última instância, decidiram aceitar que “sua identidade dependia numa religião em que eles não mais acreditavam” (Idem, *ibidem*).

O fato é que, principalmente após a 1ª Grande Guerra, rabinos influentes na Europa e nos EUA excluem o sionismo da esfera religiosa (afastando-se da discussão sobre a aceitabilidade do sionismo do ponto de vista religioso) e o imbuem de uma aura de obrigatoriedade cívico-messiânica (como o cidadão que é “obrigado” a apoiar seu país em caso de guerra, vendo o Estado como a encarnação dos ideais, ao mesmo tempo que a salvação de seu povo).

Ao comparar os princípios religiosos da tradição judaica com o sionismo, percebe-se que o sionismo construiu uma nova imagem do povo judeu, reforçando sua unidade nacional e ao mesmo tempo renovando a ligação do povo com a terra de origem, ao laicizar essa ligação e colocá-la no plano do nacionalismo europeu do século XIX, criando uma mitologia nacional histórico-racionalista, portanto não necessariamente religiosa. Mas enquanto a história do nacionalismo moderno dos países da Europa ocidental é a história da laicização e racionalização do Estado, rompendo-se os laços feudais (sempre conflituosos) entre o rei e o papa, o nacionalismo judeu, pelo fato de que o povo judeu se define como tal pela religião, incide sobre laços históricos mais fortes entre terra, povo e religião. A Terra Prometida é a terra “do povo de Israel”. O judaísmo é uma religião particular, não universalista: é a religião “do povo de Israel” e só pode estar completo quando o povo estiver ligado à sua terra.

As atitudes conflitantes em relação à própria identidade judaica, surgidas, como vimos, na emancipação dos judeus ocidentais na Idade Moderna, incidem na própria composição do Estado; a reconstrução e o fortalecimento de uma identidade nacional judaica começam desde a 2ª Aliyah, culminando na criação do Estado de Israel em 1948. O Estado teve, portanto, um papel preponderante na

determinação da identidade nacional judaica, ao mesmo tempo em que sua ação está permeada pelas divisões na sociedade israelense. A falta de homogeneidade decisória que se pode presumir do sistema multipartidário e parlamentarista estabelecido em Israel é compensada por dois fatores: o sionismo continua a ser a linha mestra da política dos maiores partidos e o constante estado de beligerância em que Israel se viu envolvido desde a sua criação engendra uma certa unidade nacional em relação à política externa com os países vizinhos, à segurança e expansão do Estado sobre toda a Terra de Israel.

Para entender o problema dos assentamentos, é necessário compreender tanto essa dinâmica política quanto a visão que cada um dos grupos sociais tem da identidade judaica e de sua relação com o Estado de Israel.

Apesar de quase todos os partidos políticos israelenses serem sionistas, não há uma concepção única de Estado judeu. Encontramos quatro definições, que são ao mesmo tempo a base da ideologia da criação de Israel, ou seja, as razões da necessidade de criar o Estado de Israel definem o que ele é.

Primeiramente, Israel é visto como uma pátria (homeland) para os judeus e solução para o anti-semitismo. O sionismo prega a criação do Estado como único recurso para a preservação da identidade judaica num ambiente em que está ameaçada. Essa afirmação, tomada por si só, leva à contradição de que, se a criação de um Estado acabasse com o problema do anti-semitismo, não haveria mais razão para que os judeus europeus emigrassem para a Palestina. Assim, temos que buscar um outro elemento constitutivo para a ideologia sionista.

A noção de um povo sem Estado norteia o nacionalismo sionista. Segundo essa visão, um conjunto de pessoas que compartilham a mesma história, cultura e religião deve possuir uma instituição de representação política que responda a seus anseios de identidade em dois níveis: o nível nacional/interno, em que se exerce o direito à autodeterminação do povo, e o nível internacional/externo, em que a identidade se expressa explicitamente diante de outras identidades. Vê-se aí o ideal de Estado-nação que nutriu o nacionalismo europeu do século XIX.

O terceiro componente é o elemento propriamente religioso, a idéia de “Terra Prometida”, dada por Deus para que os hebreus a habitassem. Em razão de seu forte apego à identidade judaica, a resistência feroz aos povos invasores e à influência cultural estrangeira aconteceu várias vezes na história, particularmente nos períodos helênico e romano.⁴ Essa vertente religiosa do sionismo ganhará força

⁴ De fato, várias correntes políticas tentam resgatar para si a imagem dos Macabeus e é interessante notar que o serviço secreto israelense é chamado de Massada, nome da fortaleza destruída pelos

principalmente após a Guerra dos Seis Dias (1967), quando Jerusalém Oriental é conquistada, juntamente com a Cisjordânia (“Judéia e Samaria”) e a Faixa de Gaza.

O último elemento, que é ligado ao terceiro e talvez tenha sido decisivo para a criação do Estado de Israel, é a idéia de que tal Estado seria uma reparação às injustiças históricas sofridas pelo povo judeu desde a diáspora. A sobrevivência da cultura judaica após cerca de 1800 anos de subjugação a outros povos faz pensar que a ligação entre o povo judeu e a terra de Israel não diminuiu em intensidade; pelo contrário, se os judeus sobreviveram como povo culturalmente distinto é porque a ligação com a terra de Israel perpetuou-se através dos séculos. É essa ligação contínua do povo à terra que justifica o direito de Israel, como “nação no exílio”, a voltar à sua antiga terra.

Ao reclamar direitos históricos sobre o Israel dos tempos da monarquia (séculos IX e X a.C.), o sionismo procura restaurar a unidade do povo de Israel e reatar seus laços com a terra. Essa perspectiva é estritamente nacionalista e auto-centrada, típica do colonialista europeu do século XIX – com o agravante de que é difícil aos sionistas até mesmo admitir a própria existência do outro num território que é dos judeus por direito. Esse nacionalismo não tem nenhuma dificuldade em negar a outrem os mesmos direitos elementares que exige com absoluta tranqüilidade para si mesmo. Confiando em seu direito a reclamar toda a terra antiga de nossos reis e nossos profetas, o sionismo não podia conceber que uma outra legitimidade pudesse existir no país da Bíblia (Sternhell, 1998).

A existência do outro, quando não é negada (“uma terra sem povo para um povo sem terra”),⁵ é negligenciada. Pode-se ver isso claramente nas ações de conquista e expulsão da população árabe na guerra de 1948. A permanência dessa visão autocentrada é um grave impedimento ao avanço do processo de paz.

É a interação entre essas quatro concepções do Estado de Israel que definirá a ação do Estado tanto em questões internas da construção do aparato estatal após a independência quanto na questão dos territórios ocupados.

romanos em 70 d.C., quando foi também destruído o templo construído por Herodes em Jerusalém. A última revolta dos judeus contra os romanos se deu em 135 d.C., quando o imperador Adriano destruiu completamente Jerusalém, renomeando-a de *Ælia Capitolina* e proibindo os judeus de se estabelecerem na cidade.

⁵ A fala de Golda Meir em 1969 é bastante representativa dessa visão: “How can we return the occupied territories? There is nobody to return them to”. (Citado em Lilienthal, Alfred. *The Zionist connection: what price peace?* New York: Middle East Perspective, 1979, p. 146). Um outro exemplo da pura negação da existência do outro pode ser encontrado numa entrevista de Golda Meir para o *Sunday Times*, em 15 de junho de 1969: “There is no such thing as a Palestinian people... It is not as if we came and threw them out and took their country. They didn't exist”.

A ação do Estado de Israel na guerra iniciada logo após a independência (1948) pode ser considerada um precedente para a implantação de colônias nos territórios ocupados. Em 1947, a resolução 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas, determinando a criação de dois Estados na Palestina, um judeu e outro árabe, deixava um grande contingente de árabes dentro do Estado judeu. Israel teria uma pequena superioridade demográfica em relação à população árabe. Como a taxa de natalidade dos palestinos é maior que a dos judeus, a médio prazo, mesmo com a imigração, a população árabe superaria a de judeus.

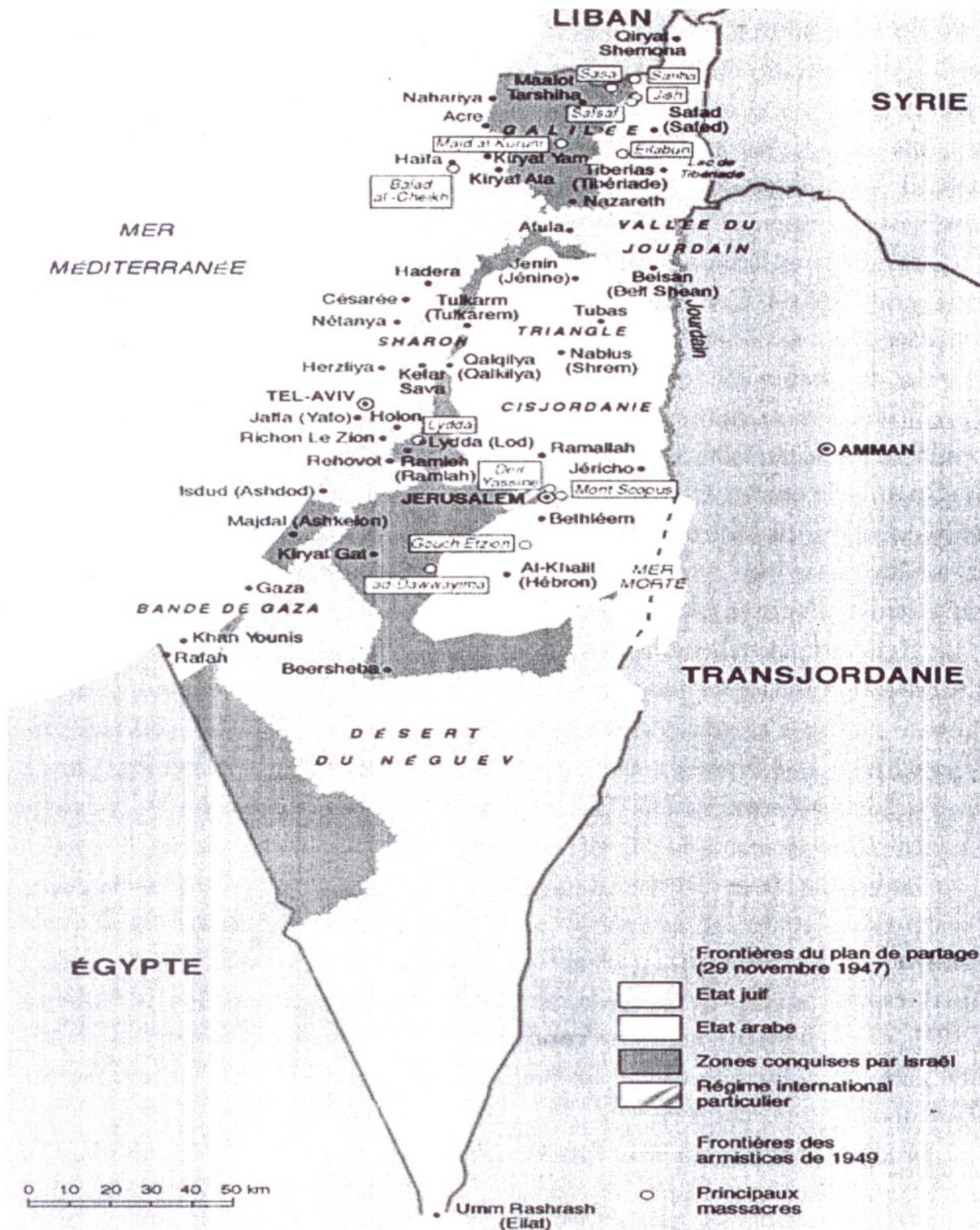
Segundo as lideranças sionistas, um Estado com uma grande população árabe seria inviável. O Estado de Israel deveria ser o mais homogêneo possível, para assegurar o máximo de independência possível e o mínimo de tensões sociais advindas dos árabes. No período do entre-guerras, os líderes sionistas iniciaram negociações com os mandatários britânicos sobre a possível “transferência” da população árabe para os países vizinhos. Essa proposta foi rejeitada pelos britânicos. Quando da guerra de 1948, embora a história oficial de Israel argumente que os árabes foram incitados a deixar suas casas pelos países árabes, que lhes teriam prometido voltar logo que a guerra acabasse, evidências recentes mostram que houve uma política, se não sistematicamente organizada, pelo menos deliberada de expulsão dos palestinos.⁶ Israel se beneficia da guerra em dois sentidos: provoca o êxodo em massa de palestinos, que se tornam refugiados em vários países árabes, e consegue anexar grande parte do território destinado ao Estado palestino (ver Mapa 1). Os árabes são expulsos e suas propriedades destruídas para a construção de kibbutzim. Em 1950, é editada a Lei de Ausência do Proprietário, que legaliza a expropriação e nega o direito de retorno dos refugiados.

As lideranças sionistas aceitaram a resolução da ONU de partilha da Palestina em dois Estados através de uma política pragmática demandada naquele momento. Abrindo mão dos territórios considerados como seus de direito (Cisjordânia), esperavam conseguir apoio internacional ao aceitar a resolução. A guerra de 1948 foi um bom pretexto para conquistar territórios a mais do que o determinado pela ONU, mas as aspirações históricas ao “Grande Israel” aflorariam somente após as conquistas de 1967.

Podem-se distinguir duas fases no processo de implantação de colônias nos territórios ocupados. A primeira vai de 1967 a 1977, no governo do Partido Traba-

⁶ Ver, a esse respeito, Morris, Benny. *The birth of the palestinian refugee problem, 1947-1949*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987; *1948 and after: Israel and the palestinians*, Oxford: Clarendon Press, 1990. Pappé, Ilan. *The making of the arab-israeli conflict, 1947-1951*. Londres: I. B. Tauris, 1992.

Mapa 1
A Palestina de 1947 a 1949



Fonte: Le Monde Diplomatique, abril de 1998.

lhista. É marcada pela doutrina de defesa que vê nos assentamentos uma barreira estratégica de defesa contra eventuais ataques árabes. Assim, a ocupação dos territórios árabes com a Guerra dos Seis Dias em 1967 deve ser entendida à luz da situação estratégica de Israel e da estrutura socioeconômica do país.

Dentro das fronteiras anteriores a 1967, Israel tem pouca profundidade estratégica. Uma largura de poucos quilômetros apenas e fronteiras longas e planas tornam fácil a infiltração em caso de invasão, e as principais cidades e indústrias podem ser facilmente alcançadas pelos exércitos árabes. Como resultado da guerra, Israel conquista o Sinai, Gaza, Cisjordânia e o Golã. A situação geoestratégica desfavorável a Israel até então é revertida, já que os territórios ocupados garantem certa profundidade estratégica: Golã é um ponto importante para a defesa da Galiléia; o Jordão e as áreas montanhosas da Cisjordânia, juntamente com o Sinai, são obstáculos consideráveis.

Além do elemento estratégico, deve-se ter em conta que, dada sua capacidade demográfica, Israel não é capaz de se engajar em um conflito armado de longa duração. Na ausência de conflito armado em grande escala, o exército israelense é composto de um pequeno contingente permanente, dos conscritos no serviço militar obrigatório e de um pequeno número de reservistas, que podem servir de um a vários meses por ano. Esse sistema de organização militar é necessário pelo fato de que um grande exército permanente tornaria o país economicamente inviável. Deve haver, portanto, uma mobilização eficiente em caso de conflito, que, além disso, não pode durar muito: "Once mobilized for war, the IDF [Forças de Defesa de Israel] must be either demobilized or unleashed in short order. Israel's economy simply cannot survive an indefinite mobilization (...)" (Rodman, 2001). Assim, do ponto de vista estratégico, a conquista dos territórios torna mais remota a possibilidade de uma mobilização de longa duração.

A importância estratégica foi um dos argumentos para a instalação de colônias nos territórios ocupados. A idéia de pioneirismo e auto-suficiência em defesa dos kibbutzim no Yishuv é tomada pelo governo trabalhista após 1967 para iniciar projetos de construção de colônias. Estas deviam ser colocadas em locais estratégicos (ao longo do Jordão e no Golã, principalmente), longe de concentrações de população árabe. Esperava-se que tivessem um papel considerável na defesa do território em caso de invasão. Logo após a guerra de 1967 é posto em prática o chamado Plano Allon (do então vice-primeiro-ministro e ministro da Absorção de Imigrantes Yigal Allon). O plano fragmentava o território palestino e isolava as áreas mais populosas umas das outras. É similar ao mapa do acordo de Oslo. As áreas não consideradas como essenciais estrategicamente, Allon concordava em

ceder sua administração à Jordânia, do mesmo modo como hoje é concedida autonomia à chamada Área A.⁷

Apesar de Allon justificar as colônias do ponto de vista estratégico, é no período de seu governo que ganham ímpeto os partidos religiosos. Após a conquista de territórios de importância religiosa para os judeus – as regiões históricas de Judéia e Samaria (Cisjordânia), Hebron e Jerusalém –, o Partido Nacional Religioso (Mafdal), de tendência sionista, que antes incluía uma ala moderada, torna-se abertamente nacionalista, defendendo a colonização e a anexação dos territórios ocupados (o chamado Grande Israel). No interior do Mafdal surge o Gush Emunim (Bloco dos Fieis), movimento que acredita que a conquista da Judéia e Samaria deve ser empreendida como preparação para a vinda do Messias. O Gush Emunim consegue o apoio de Allon para a construção de um assentamento em Hebron (Kiryat Arba), no centro de uma área densamente povoada por árabes.

Grande parte da população de Israel apoiou a anexação de Jerusalém Oriental após a guerra de 1967. No mesmo ano, o Knesset aprovou uma lei estendendo soberania israelense sobre toda a cidade. Segundo a legislação israelense, terras consideradas de interesse público podem ser expropriadas. As maiores concentrações de assentamentos estão localizadas em Jerusalém e nas áreas adjacentes.

O principal meio usado por Israel para a expropriação de terras dos palestinos é a expropriação com base na Lei Otomana de Terras de 1858, que ainda regia a Cisjordânia em 1967. Segundo essa lei, havia cinco categorias de terra:

- 1) Terra mulk: terrenos e jardins de propriedade privada em cidades e vilas;
- 2) Terra miri: campos cultiváveis, pastagens e áreas de floresta. O Estado tinha tecnicamente a propriedade, mas garantia direitos de venda e herança para os cidadãos. Constituíam 2/3 do território da Cisjordânia;
- 3) Terra matruki: destinada ao uso público (estradas, infra-estrutura etc.);
- 4) Terra mawat: terra incultivada, distante de vilas e cidades;
- 5) Waqf: terreno dedicado a obra de caridade.

⁷ Segundo o Acordo Interino Palestino-Israelense sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza (também chamado de Oslo II), que define as condições de autonomia da Autoridade Palestina, a Cisjordânia foi dividida em três zonas: Zona A, que cobre 2% da Cisjordânia e 20% da população, que compreende cidades evacuadas pelo exército de Israel e que passaram ao controle da Autoridade Palestina; Zona B, que compreende 26% do território e a maioria das vilas palestinas, onde o controle é misto, sendo que o exército de Israel cuida da segurança e do combate ao terrorismo; a Zona C, que cobre 72% da Cisjordânia mas tem baixa densidade demográfica (90% da população palestina vive nas zonas A e B).

Segundo Israel, as terras usadas para os assentamentos são “estatais” e sua construção não constituiria violação do direito de propriedade dos árabes. Entretanto, o conceito de “terra estatal” é entendido segundo a lei otomana como terra *miri*. Os proprietários palestinos eram instados a providenciar documentação que provasse a propriedade; decorridos alguns dias de prazo, se os documentos não fossem providenciados, os habitantes eram expulsos e suas propriedades destruídas para a construção de assentamentos.

A segunda fase da política de implantação de colônias é marcada pelo governo do Likud (de direita), de 1977 a 1984, que implementa um grande projeto de colonização dos territórios. Ariel Sharon, então Ministro da Agricultura, é apontado como chefe do Comitê Ministerial de Assentamentos. Nos primeiros quatro anos de governo do Likud são construídos na Cisjordânia, segundo o grupo Peace Now, 95 novos assentamentos.

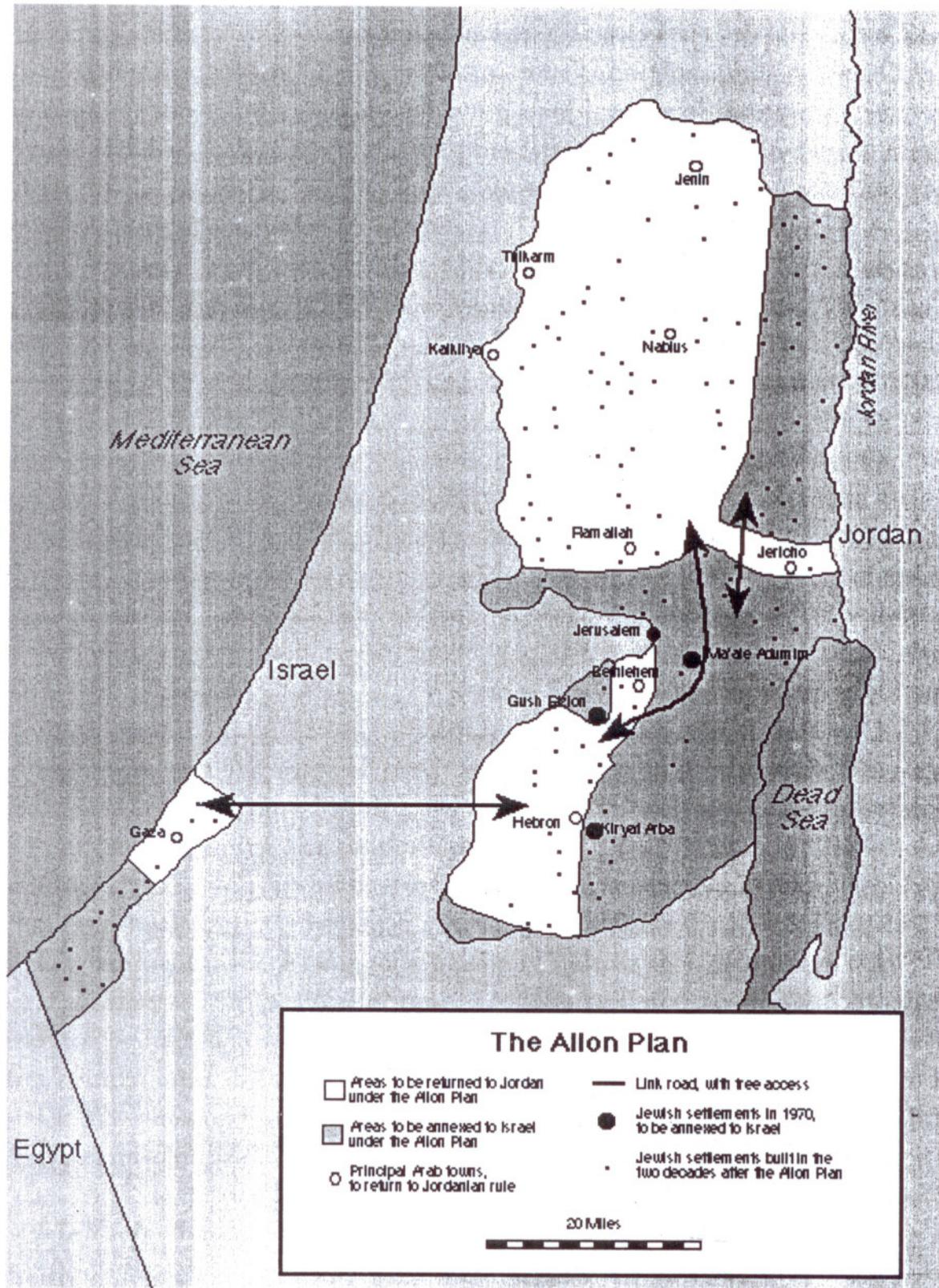
O processamento das decisões políticas sobre os assentamentos não passa por um canal democrático; as decisões quanto à colonização dos territórios ocupados são tomadas pelos militares juntamente com gabinetes eleitos indiretamente. A Organização Mundial Sionista também tem um papel relevante na definição das políticas. Ocorre a manipulação da opinião pública, com a imposição legitimada da teoria de defesa pregada pelo Plano Allon, para o prosseguimento de uma ideologia de defesa.

Questões de segurança são um empecilho à abertura do diálogo político a toda a sociedade: em situações percebidas como de ameaça, a hierarquia militar, com a ajuda do executivo (em grande parte composto por oficiais da reserva), pode tratar com mais eficácia e rapidez a questão de acordo com sua própria percepção do problema. A percepção de perigo apresentada ao público dá legitimidade à visão estratégica dos militares, reforçada pela tradição histórico-religiosa.

Da manipulação da teoria de defesa em favor de motivos histórico-religiosos depreende-se a preponderância dos últimos na política de colonização israelense. A justificativa de segurança é o embasamento para conseguir o consenso sobre a política de colonização. Afirma-se que os prejuízos de uma retirada militar dos territórios ocupados serão maiores que os supostos benefícios em termos de segurança para Israel. Os benefícios de uma retirada são simplesmente negados, pois nunca foram discutidos de maneira ampla no Knesset.

Pode-se notar, portanto, que a evolução da situação das colônias nos territórios ocupados (e a própria ocupação) é determinada pela concepção sionista da identidade judaica e na implementação do seu projeto de Estado. É por esse motivo que as ações da esquerda e da direita não diferem substancialmente quanto à

Mapa 2
O Plano Allon



Fonte: Middle East Maps (<http://www.dartmouth.edu/~go46/>)

questão dos assentamentos. Costuma-se dizer que enquanto o Partido Trabalhista constrói em silêncio, o Likud constrói ruidosamente.

Por outro lado, não se pode deixar de pensar numa manipulação do medo da sociedade israelense pelos militares, para dar expressão prática à sua teoria de defesa. Mas os próprios militares israelenses não são unânimes ao afirmar os benefícios estratégicos dos assentamentos, e o fator histórico religioso pesa mais quando se analisam citações como esta, de Moshe Dayan:

settlements are important not because they can insure security better than the army, but because without settlements, we cannot keep the army in those territories. Without these settlements, the IDF would be a foreign army ruling a foreign population. (Aronson, 2001) ⁸

A justificativa estratégica de Allon é superada, por três motivos:

- 1) Israel ampliou, e não diminuiu suas fronteiras, ao estender soberania sobre o território das colônias. A área de fronteira passa de aproximadamente 310 km (a “Linha Verde”) para os cerca de 3.100 km estendidos ao redor das áreas dos assentamentos. Isso faz com que a maior mobilização de divisões do exército israelense seja perto dessas áreas e não em áreas consideradas sensíveis a ataques externos, como as fronteiras com o Líbano, a Síria e o Egito;
- 2) A própria estratégia de defesa das forças armadas israelenses baseia-se em guerras preentivas e preventivas;⁹ a estratégia do exército israelense é ofensiva, procurando a realização rápida de seus objetivos;
- 3) Os assentamentos não são “fortalezas” para se defender de um provável invasor. A destruição dos assentamentos no Golã quando da invasão síria em 1973 é prova disso.

As colônias conseguem apoio suficiente de parte da sociedade devido aos incentivos dados pelo governo: corte de impostos, financiamento das construções, residências mais baratas.

⁸ A situação que Dayan descreve é a deparada por Israel em sua ocupação do sul do Líbano, onde os motivos estratégicos são os únicos em jogo. Uma das razões para a retirada do exército israelense foi justamente a pressão interna pelo fato de os soldados estarem morrendo não pela defesa de Israel, mas por uma “teoria” de defesa que se mostrou falha (a ocupação não protegeu a Galiléia dos ataques).

⁹ Uma guerra preventiva visa a impedir uma ameaça militar potencial, de longo alcance. Uma guerra preentiva (*preemptive war*) visa a uma ameaça militar real (Rodman, 2001).

De fato, o maior aglomerado de colônias se estende ao redor de Jerusalém e, mais ao norte, na região próxima à “Linha Verde”, que separa Israel da Cisjordânia. A essas colônias dirigem-se trabalhadores que moravam na periferia de cidades como Haifa e Tel Aviv. São judeus laicos que trabalham em Israel e vieram a implantar-se nas colônias apenas por motivos econômicos, procurando um melhor nível de vida.

Outro tipo são as colônias agrícolas que se estendem nas áreas não montanhosas, relativamente afastadas dos povoados árabes. Essas colônias foram implantadas logo após 1967, na perspectiva do Plano Allon, e constituem-se também de judeus de tendência laica, que não se implantaram por motivos religiosos. Essas colônias têm sofrido graves problemas financeiros e exigem maior apoio do governo para seu desenvolvimento econômico.

O terceiro grupo de colônias localiza-se na região montanhosa da Cisjordânia, em áreas contíguas a vilas e cidades árabes, chegando a instalar-se dentro destas (como no caso de Hebron). Algumas são áreas de grande significância histórica (como Hebron).¹⁰ Essas colônias são habitadas na maioria por judeus ortodoxos (como o Gush Emunim), que vêem a posse da “Judéia e Samaria” como um prelúdio da vinda do Messias. Algumas dessas colônias foram construídas logo após 1967 (como Kiryat Arba, em Hebron), mas esse tipo de assentamento cresceu espantosamente entre 1977 e 1984, no governo do Likud.

As conseqüências da ocupação militar israelense após 1967 são inseparáveis da implantação dos assentamentos. A relação entre o governo militar israelense e a população árabe acontecerá no tocante à terra, à distribuição dos recursos naturais, à economia e aos colonos.

Em relação à terra, a expropriação promovida pelo governo israelense vedou o acesso a cerca de 2/3 das terras da Cisjordânia. Na verdade, Israel anexa *de facto* essas terras: considerá-las – mesmo que por meio de uma ficção jurídica – como terra estatal e dar-se o direito de desapropriar os antigos habitantes dessas terras para ocupação significa arrogar-se a posse e os direitos sobre essa terra. Os agricultores

¹⁰ Abraão viveu em Hebron depois de deixar Betel (Gen 13, 18). Aí lhe mudou Deus o nome de Abram para Abraão (Gen 17,5), aí hospedou Abraão os três anjos (Gen 18, 1ss), nasceu-lhe Isaac, morreu e foi enterrada Sara (Gen. 21, 3; 23, 2-20). Foi por algum tempo residência de Isaac (Gen 35, 27) e Jacó (Gen 37,14) e foi o local de sepultura dos três grandes patriarcas, Abraão, Isaac e Jacó, com suas esposas (Gen 49, 30-31; 50-13). Davi fez amizade com os anciãos de Hebron (1 Sam 30, 31) e aí reinou por sete anos (2 Sam 2, 1.3.11.32; 5, 1.3 etc.). Depois do exílio, foi habitada pela tribo de Judá (Ne 11,25). Tendo caído em mãos dos idumeus, foi reconquistada por Judas Macabeu (1 Mac 5, 6 ss) (Castro Pinto, 1977, p. 63).

árabes tornam-se ocupantes ilegítimos de suas próprias terras e são obrigados a migrar às cidades, onde se instalam em campos de refugiados ou na periferia.

Os agricultores e a população geral também são prejudicados pelo controle da água implantado pelo governo militar, que exige dos árabes prévia autorização para perfuração de poços para a agricultura, enquanto não há restrições aos colonos. Segundo o Banco Mundial, 90% da água da Cisjordânia é utilizada por Israel.¹¹ O consumo de água per capita em Israel é de 375 m³/ano/habitante, enquanto cada palestino consome apenas 115 m³/ano. Um terço da água consumida em Israel provém parcial ou completamente de lençóis freáticos da Cisjordânia (regiões de Hebron, Djenine e do Jordão).¹²

Soma-se a isso a exploração econômica sofrida pelos palestinos em Israel e nos territórios. A economia dos territórios foi mantida em subdesenvolvimento por motivos políticos sob administração de Israel, Jordânia e Egito (Starr, 1989, p. 31). Na Cisjordânia, a economia incipiente após o fim do mandato britânico foi desmantelada através da transferência de capital humano e financeiro.

(...) Jordan deliberately limited the economic and political development of the region (...). From 1950 to 1967, Jordanian rule had succeeded mainly in moving the industrial center of the Hashemite Kingdom from the West Bank to the East Bank, while Egypt, which never formally annexed Gaza, practiced a policy of total neglect of the Gaza Strip. (Bernstein, 1991, p. 146)

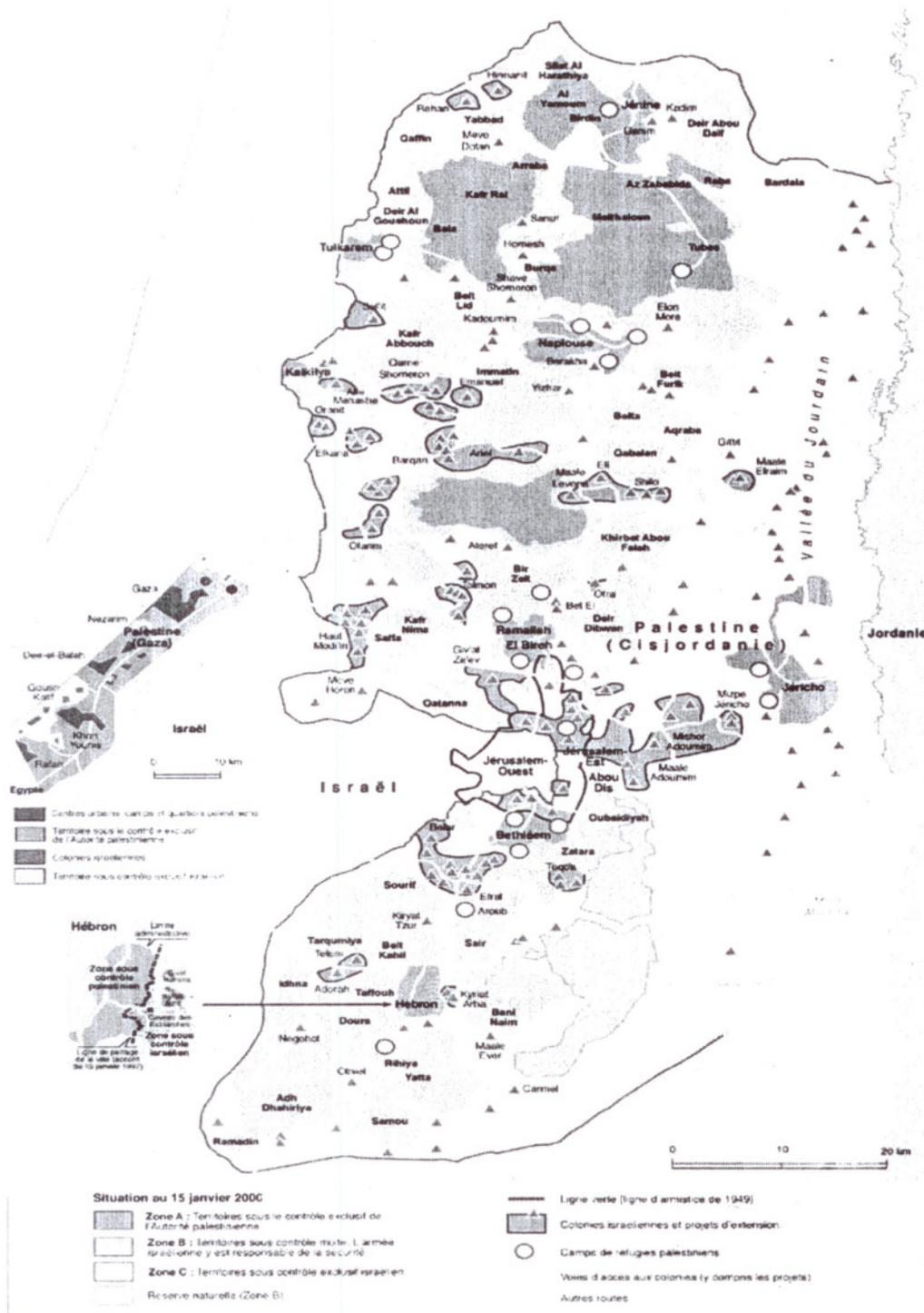
À parte as influências da ocupação sobre a agricultura, os territórios mudaram de uma economia basicamente agrária há cinco décadas para uma economia baseada em serviços. Segundo o censo realizado em 1997 pela Autoridade Palestina, somente 10,1% das pessoas empregadas trabalham no setor primário. O desemprego chega a 14,4% na Cisjordânia e 23,6% na Faixa de Gaza.

Pouco depois da instalação do governo militar, Israel inicia uma política de integração econômica com os territórios conquistados em 1967. A relação econômica com os territórios é de complementaridade: grande parte da população, não tendo outra alternativa, encontra trabalho e melhor remuneração em Israel, em fábricas ou na construção de assentamentos. Por outro lado, os empregadores israelenses beneficiam-se da mão-de-obra barata e da evasão a impostos e regulações ambientais, no caso das fábricas instaladas nos territórios. Segundo a Autori-

¹¹ Citado em "L'eau convoité". *Le Monde Diplomatique* – Manière de Voir 54: "Proche-Orient, Rebâtir la Paix".

¹² Idem, *ibidem*.

Mapa 3
A Palestina Segundo os acordos de Wye River (1998) e Charm el-Sheikh (1999)



Fonte: Le Monde Diplomatique, segundo dados de: Arab Studies Society, Jerusalém; Ministério Palestino da Planificação e da Cooperação Internacional; Palgric, Jerusalém; cartografia de Jan de Jong para Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs (Passia, Jerusalém) e Foundation for Middle East Peace (FMPEP, Washington, D.C.).

dade Palestina (1997), 19,6% da mão-de-obra ativa trabalha em Israel; 2,2% são empregados em assentamentos. Dos empregados em território palestino, 17,7% trabalham em empresas privadas estrangeiras (a maioria israelenses) e 1,5% trabalham para empresas estatais estrangeiras.

Embora tenha sido permitido aos palestinos acesso ao mercado de trabalho israelense, a entrada de palestinos é limitada por permissões de trabalho e não há direito a pernoite em território israelense. Os que não conseguirem retornar aos territórios devem ser trancados à noite no seu local de trabalho (o que constitui uma grave violação de direitos). Por outro lado, muitos palestinos procuram emprego nas fábricas israelenses implantadas nos territórios. Outra parte dos trabalhadores palestinos trabalha na construção de assentamentos judeus na Cisjordânia e em Gaza. A economia dos territórios depende em sua maior parte da economia israelense, da qual constitui um apêndice. O boicote dos países árabes aos produtos israelenses atingiu também os territórios ocupados, o que aumentou ainda mais a dependência em relação a Israel.

Os assentamentos também impedem a criação de um Estado palestino viável ao fragmentarem o território palestino. Os situados ao redor de Jerusalém dividem o território da Cisjordânia. Um futuro Estado palestino seria inviável por falta de continuidade territorial, caso as colônias sejam mantidas. A economia seria prejudicada e a administração seria mais difícil. O caso da ocupação militar também é significativo, já que Israel pretende manter sob seu controle toda a região do vale do rio Jordão.

As relações econômicas nos territórios são regidas pelo Protocolo de Relações Econômicas, parte do Acordo Interino de 1995 entre a OLP e Israel. As partes decidiram postergar as negociações sobre determinação de fronteiras, refugiados, assentamentos, Jerusalém e a soberania palestina para as negociações sobre o status final. Desse modo, embora garantindo-se um controle administrativo à Autoridade Palestina (AP), esta não controla a terra nem os recursos, que são essenciais para qualquer política econômica. Foi dado aos palestinos o direito a comercializar um número limitado de bens diretamente com os países árabes e com o resto do mundo e a determinar suas políticas econômicas e comerciais. Entretanto, a economia ainda é guiada pelas taxas, padrões econômicos e regulações de importação de Israel (Farsakh, 2001). Embora tenha concordado em transferir à AP taxas de importação de produtos destinados aos territórios, Israel corta essas transferências constantemente, fazendo pressão contra a AP sempre que algum incidente ocorre.

A convivência entre os colonos judeus e os palestinos é violenta e precária.

Mapa 4
A colonização em Jerusalém Oriental



Fonte: Le Monde Diplomatique, fevereiro de 2001

Estes vêem os colonos como invasores, usurpadores de um direito seu; aqueles vêem os palestinos como “anti-semitas” determinados a destruir Israel porque não acreditam que os judeus tenham direito a uma terra que foi sua uma vez há 3.000 anos atrás. A despeito dos incentivos estatais, os colonos vivem uma vida de apreensão e medo; suas crianças temem, odeiam e ignoram os “árabes” tanto quanto os pais.¹³ É comum a ação de grupos paramilitares ultra-ortodoxos contra palestinos e inclusive contra o próprio exército de Israel. Os palestinos não conseguem entender por que alguém que ocupa sua terra tem mais benefícios em qualidade de vida e usufrui dos recursos (água, terra) mais que eles; não conseguem entender por que são expulsos da terra que lhes pertencia há gerações e que agora é ocupada por pessoas que os odeiam sem motivo.

A recente Intifada de Al-Aqsa, precipitada com a visita do membro do Knesset (agora primeiro-ministro) Ariel Sharon à Esplanada das Mesquitas em 28 de setembro de 2000, relaciona-se diretamente com a falha dos acordos prévios em construir um processo de normalização política entre Israel e os palestinos. A autonomia limitada concedida à AP nos acordos é insuficiente para a criação de um Estado com o mínimo de independência. Entretanto, a concessão de maior autonomia à AP significa ao menos mudar a política dos assentamentos em Cisjordânia e Gaza. A visita de Sharon é significativa do ponto de vista histórico-religioso (para os judeus, o “Monte do Templo”; para os muçulmanos, o lugar onde Abraão sacrificaria Isaac e onde Maomé ascendeu aos céus) e também pela simbologia do ato: um lugar que pertence aos palestinos é declarado publicamente estar sob soberania israelense – a Cisjordânia é colonizada pelos mesmos princípios históricos.

E o governo do Likud, agora com Sharon como primeiro-ministro, tem construído mais colônias. Segundo pesquisa do grupo Peace Now, foram construídas colônias em dez novas localidades e 39 novas estruturas às 15 localidades construídas entre fevereiro e março. As localidades situam-se a pelo menos 200 metros de distância das já existentes, algumas chegando a dois quilômetros.

A recente Intifada difere da de 1987 por atacar diretamente os assentamentos. A mensagem dos líderes palestinos parece ser: “Vossa empreitada colonial chega a seu termo, deveis voltar a Israel, vós que sois encravados como espinhos sobre nosso corpo” (Kapeliouk, 2001). Que os colonos “não se iludam: os palesti-

¹³ Os colonos ortodoxos chegam ao ponto de dizer: “Uma vila árabe, isso não existe; é uma vila onde moram árabes. Temporariamente, do meu ponto de vista” ou: “Por que eu deveria deixar minha casa de uma vez? Por que não evacuar as vilas árabes ao redor?” (Kapeliouk, 2001).

nos não aceitarão a anexação por Israel das colônias que cortam a continuidade territorial de seu futuro Estado” (idem). Os ataques terroristas em Israel aumentaram consideravelmente nos últimos dois anos, mas o foco da ação palestina nos territórios ocupados mudou de ataques terroristas a bomba para ataques diretos a colônias e postos do exército, com o surgimento de uma guerra de guerrilha contra as forças de ocupação israelenses.

Tendo em mente as origens históricas do sionismo, não se pode pensar em uma solução para o conflito árabe-israelense em que Israel se furte a reconsiderar o sionismo. E isso só pode ser feito com um diálogo aberto, com uma revisão da história pela própria sociedade e com uma autocrítica sincera. A sociedade israelense nunca encarou democraticamente suas decisões políticas no tocante à terra de Israel. Sempre dialogou com hipocrisia com o Ocidente, mostrando-se no discurso diplomático diferente do que se mostrava em ações – e nas intenções dessas ações. A sociedade israelense parece ter medo de se perguntar: “Por que era legítimo colonizar a Galiléia, se não era justo fazer o mesmo com o Golã? Tínhamos o direito de confiscar as terras dos árabes em fuga ou expulsos em 1948 se não se podiam ocupar as terras caídas em nossas mãos em 1967?” (Sternell, 2001).

O único começo de qualquer paz duradoura é a construção da reconciliação entre as partes. E a reconciliação só pode ser alcançada quando ocorre o reconhecimento dos próprios erros. É um processo demorado e contínuo, que envolve toda a sociedade, como mostram a Alemanha após a 2ª Grande Guerra e a África do Sul pós-*apartheid*.

ABSTRACT

The following article intends to analyze the historic roots of settlement-building in the Golan, the West Bank and Gaza Strip, focusing on the last two. The history of the construction of the identity of the Israeli Jew regarding Zionism, as well as the religious, historical and political roots of the State of Israel are key factors to the understanding of settlement-building in the occupied territories in the aftermath of the 1967 Six-Day War.

In the context Jews faced in 19th and mid 20th century Europe, emerged a nationalist movement of liberation of the Jewish people through the construction of a State for the Jews. When we see Zionism from the perspective of 19th century nationalism and the religious and historical roots of the Jewish people, we can understand the stance of the Israeli society towards settlement in the territories. We can define what kind of actions the State takes by analyzing the decision-making process and the political parties in Israel.

Keywords: Settlement-building; Historical roots; Zionism.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ARONSON, Geoffrey. A Freeze of Israeli Settlements vs. Natural Growth. www.fmep.org
- BERGER, Elmer. Commentary on Dr. Henry Cattán's paper – Jerusalem: israeli concepts, policies and practices. In: The league of Arab States. **Israeli settlements in the occupied territories: an international symposium**. Washington, 1985.
- BERNSTEIN, Marver H. Achieving peace through economic development: the case of the West Bank and Gaza. In: REICH, Bernard; KIEVAL, Gershon R. (Ed.). **Israeli politics in the 1990's**. Nova Iorque: Greenwood Press, 1991.
- CASTRO PINTO, José Alberto L., Mons. Dicionário da Bíblia. In: **Bíblia Sagrada** – edição ecumênica. Rio de Janeiro: Barsa, 1977.
- FARSAKH, Leila. Economic viability of a Palestinian State in the West Bank and Gaza strip: is it possible without territorial integrity and sovereignty? In: **The MIT electronic journal of middle east studies**, v. 1, maio de 2001. <http://web.mit.edu/cis/www/mitejmes/>
- KAPELIOUK, Amnon. Des colons entre rage et resignation. In: **Le Monde Diplomatique**, janeiro de 2001.
- NEUBERGER, G. J. **The great gulf between judaism and zionism**. Paper delivered at the Tripoli Conference on Zionism and Racism.
- PALESTINE NATIONAL AUTHORITY. **Labor force in the Palestinian Territory**. Palestinian Central Bureau of Statistics: 2001.
- RODMAN, David. Israel's national security doctrine: an introductory overview. In: **Middle East Review of International Affairs**, v. 5, n. 3, setembro de 2001.
- STARR, Joyce R. **Development diplomacy: U.S. economic assistance to the West Bank and Gaza**. Washington: The Washington Institute for Near East Policy, 1989.
- STERNELL, Zeev. Révolution laïque pour le sionisme. In: **Le Monde Diplomatique**, maio de 1998.

CHAMADA DE ARTIGOS

PARA A EDIÇÃO DE:

- Maio de 2003.

DATA DE ENTREGA:

- Início: *11 de novembro*
- Término: *31 de janeiro de 2003* – Data de postagem máxima

FORMA DE ENTREGA:

Em envelope lacrado, em mãos ou por correio, que deve conter:

- disquete com cópia do trabalho gravada em formato Word;
 - arquivos com tabelas, quadros etc;
 - cópia impressa do trabalho em papel A4, tinta preta;
 - papel impresso informando nome completo do autor, faculdade, número de matrícula, telefone e e-mail de contato.
- Deve-se seguir, obrigatoriamente estas recomendações das **NORMAS DE PRODUÇÃO**:
1. Os artigos enviados à **Fronteira** – Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais devem ser inéditos;
 2. Todo e qualquer artigo enviado à Revista será submetido ao Conselho Editorial;
 3. Os artigos devem ser gravados e impressos em Word com texto digitado em espaçamento duplo, em *Times New Roman*, corpo 12, contendo, obrigatoriamente, entre 30.000 e 50.000 (trinta e cinquenta mil) caracteres, contando com as palavras e os caracteres de quadros, gráficos e tabelas, acompanhado de “abstracts”, resumos de 500 a 800 (quinhentos a oitocentos) caracteres em português e em inglês, em que fique clara uma síntese de propósitos, dos métodos utilizados e das principais conclusões alcançadas;
 4. Os quadros e gráficos devem ser apresentados em folhas separadas do texto corrido, numerados e titulados, com indicação das unidades em que se expressam os valores e fontes correspondentes. Os gráficos e tabelas devem se apresentar, sempre que possível, confeccionados para sua reprodução direta;
 5. As notas devem ser de natureza substantiva, restringindo-se a comentários adicionais ao texto. Devem ser alocadas ao final da página, iniciar-se com a chamada numérica recebida no texto, em corpo 10, usando-se espaçamento simples entre linhas e espaçamento duplo entre notas;
 6. Citações, quando necessárias, devem seguir a regra: se menores que três linhas, são inseridas diretamente no texto, entre aspas se maiores que três linhas, devem constituir parágrafos independentes com espaçamento simples e margem esquerda de 4 cm. Não obstante, devem aparecer em toda a citação, em seqüência à mesma, sobrenome do autor, ano da publicação e número da página;
 7. As referências bibliográficas devem vir ao final do texto, numeradas e em ordem alfabética, com título de livro ou periódico em negrito. A referência deve conter, na ordem, sobrenome do autor, nome do autor, título, edição, local, editora, data, página. No caso de periódico, é necessário incluir o nome do mesmo após o título do trabalho;
 8. Qualquer dúvida quanto às normas aqui citadas ou quanto a outros modelos de publicações pede-se seguir normas da ABNT NB-66 de 1991;

9. A **Fronteira** – Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais se reserva o direito de alterar os originais a fim de condicioná-los às regras acima elencadas;
10. Com publicação de artigo, o autor receberá 5 (cinco) exemplares da Revista;
11. Os trabalhos e artigos são de inteira responsabilidade de seus autores, de forma que a revista e seus conselheiros não assumem a responsabilidade pelas opiniões emitidas.

ENDEREÇO PARA POSTAGEM:

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Departamento de Sociologia

Centro de Produção em Relações Internacionais

Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 4, Bairro Coração Eucarístico

30535-610 – Belo Horizonte, Minas Gerais

Telefones para contato: (31) 3319-4257 (tele/fax) ou (31) 3319-4935

Aos cuidados do Conselho Executivo da revista **Fronteira**

CONTATO:

www.sociologia.pucminas.br/relint/revista

fronteira@pucminas.br